

3º PAINEL:

**CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E
DIMENSÃO EUROPEIA DA EDUCAÇÃO**

Prof. Doutor Adriano Moreira

Quando lemos o discurso de Péricles, em relação àquela cidade que dava exemplo a todas as outras, a concepção universalista que hoje nos anima parece um pouco alheia ao discurso que, todavia, continua a ser o discurso matricial da democracia. Por vezes tenho receio de que esta nossa preocupação com a Europa nos alargue um pouco a dimensão de Péricles mas nos continue a manter distantes do conceito universalista que hoje parece ser exigido pela circunstância em que nos encontramos no mundo. Talvez por isso conviria lembrar que, estando nós numa altura em que o globalismo é um tema obrigatório e referência presente em todas as nossas reflexões, esta inquietação europeia presente neste programa que hoje aqui nos reúne foi uma inquietação matricial das Nações Unidas na data da fundação. Convém igualmente meditar nas dificuldades que esse conceito teve para se desenvolver.

Tomei nota de algumas datas que nos podem ajudar na reflexão. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, muito preocupada com o conceito global de democracia no mundo e de direitos não apenas políticos, mas económicos e sociais, é de 10 de Dezembro de 1948, 3 anos depois da fundação das Nações Unidas. Houve 2 conferências fundamentais que tentaram desenvolver esse conceito universalista, uma em Maio de 68, outra em Junho de 93. Entretanto, outras várias conferências foram-se ocupando de temas que decorriam do conceito global das Nações Unidas e da evolução globalista da estrutura mundial, sendo as principais a de 92 no Rio sobre o ambiente e o desenvolvimento, a de 95 em Copenhaga, também sobre desenvolvimento, e a de Pequim de 95 sobre a condição das mulheres.

Ora bem, só 3 anos depois da Declaração dos Direitos do Homem, de 48, é que esta conseguiu ter o número de assinaturas suficiente para entrar em vigor. Só em 1966 é que foram adoptados o pacto relativo aos direitos económicos e sociais e o pacto relativo aos direitos civis e políticos, que só em 1976 obtiveram as 35 assinaturas necessárias para entrar em vigor. Curiosamente, os direitos económicos e sociais foram

os que tiveram maior dificuldade de aceitação pela comunidade internacional, de tal maneira que, se foi possível imediatamente, quando entrou em vigor o pacto dos direitos políticos, organizar um Comité para o qual se podia reclamar das violações, só em 1985, por iniciativa do Conselho Económico e Social, é que foi possível organizar um Comité para onde se podia reclamar da violação dos direitos económicos e sociais. Quando, no ano em que nos encontramos, o programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, o famoso PNUD, mostra o avanço que tivemos nas duas vertentes, de direitos políticos e sociais, direitos económicos e sociais, o desastre é sem limites. O avanço dos conceitos para a tradução em realidades não apenas foi lentíssimo em função da resistência dos poderes políticos de todas as áreas do mundo, sobretudo dos trópicos, como a lentidão se traduz no desastre que este relatório de 1996 nos anuncia.

Significa isto que continuamos a ter uma enormíssima dificuldade em ao mesmo tempo aceitar a mundialização que a carta das Nações Unidas já assumia, a regionalização que chama a atenção para cada comunidade e para os espaços intermédios, designadamente a União Europeia, que eu já chamo política, União Política Europeia, para adiantar aos euro-optimistas a conclusão a que vão chegar e que nos leva a ter este colóquio em que estamos empenhados. Isto tem muito que ver com o desenvolvimento das duas vertentes do conceito de direitos do homem que cobre toda esta problemática da cidadania.

Para abreviar, diria que o pacto dos direitos políticos diz respeito ao que a sociedade espera de nós e o pacto dos direitos sociais diz respeito ao que nós esperamos da sociedade. Tem avançado mais o primeiro pacto do que o segundo e temos razões para ter alguma perplexidade sobre o seu avanço, em vista da mudança acelerada das estruturas políticas. Dou um exemplo com o caso português. A educação, segundo o conceito de Péricles, vai no sentido de se participar em todos os encargos da cidadania, e que quem não o faz, não é digno da cidadania. Aquilo que aconteceu com Portugal, num dos aspectos fundamentais que é o da percepção da unidade que deve ser preservada, defendida e considerada como um valor supremo, foi uma mudança acelerada das estruturas. Na

mesma geração de portugueses, na geração de muitos dos presentes, começando também pelo nosso Reitor, a definição de Portugal no mundo variou pelo menos três vezes, e temos que nos adaptar à imposição dessa mudança. Portugal teve umas fronteiras multicontinentais, que eram exclusivamente ocidentais embora fossem nos trópicos, porque as soberanias com as quais estávamos em contacto eram exclusivamente ocidentais; quando falávamos de direitos do Homem, falávamos a linguagem do vizinho, quando falávamos em direitos económicos e sociais, falávamos a linguagem do vizinho.

Aí por volta da década de 60 os nossos vizinhos passaram a ser uns 10 ou 12 com filiações culturais completamente diferentes e passámos a ter uma variada definição de obrigações cívicas e um diálogo com conceitos, valores, categorias e modelos de comportamento que não eram os nossos. A fronteira era outra, tínhamos que nos adaptar a essa nova condição e definir o civismo em função da nova condição.

Na década de 70, a fronteira passou a ser apenas uma, do ponto de vista geográfico - os 92 mil km², só com um terço de terra arável, à qual é preciso descontar o *set aside* da política agrícola comum, e um vizinho com o qual podíamos dialogar. Mas deu-se uma mudança essencial em relação ao país e em relação ao civismo, é que a nossa fronteira já não é essa, a fronteira física dos 92 mil km² é um apontamento administrativo na organização internacional deste momento, tem uma liberdade de circulação e não coincide com a nossa fronteira de segurança, que é a fronteira da NATO, não coincide com a nossa fronteira económica, que é a fronteira das Comunidades Europeias, e não coincide com a nossa fronteira política, que será a da União Europeia a que já vou chamando política.

Este emaranhado de fronteiras não tem nada que ver com o conceito de cidadania e de civismo em vigor no começo deste século e não encontrou resposta no nosso sistema educativo, como não tem resposta na consciência cívica dos cidadãos. Nesta data em que, por força destas alterações, temos que modificar todo o sistema de deveres cívicos e designadamente o serviço militar, pergunte-se a um cidadão hoje chamado

a prestar o serviço militar qual é a fronteira pela qual deve morrer, e ele ignora inteiramente a fronteira onde deve morrer. De acordo com o conceito militar da NATO, deve morrer na Itália, no pior dos sítios da Itália. Vamos esperar que isso não aconteça, que a evolução seja no sentido de esse dever cívico não ter que ser reclamado.

Leva-nos isto - estou a dizer tudo um pouco aceleradamente demais, mas sou obediente, como o nosso Reitor sabe por experiência - a que, e fazendo sempre referência ao modelo português, o Estado com as tais fronteiras, obrigações, definição de civismo, o Péricles doméstico a pregar o que é a democracia para portugueses e também agora para a Europa, olha para um estado cuja fronteira se desdobra, e um estado cujas competências também vão, pelas cúpulas, sendo transferidas. Transfere a moeda, transfere a segurança, transfere a política agrícola comum, transfere a política externa comum, fica um estado mas o processo educativo vai exigindo do cidadão um esforço para que entenda para onde apontam, agora as suas obrigações cívicas. Mas, ao mesmo tempo que isto acontece, esse tal estado vai sendo por baixo limado para lhe retirem outras competências: e então vêm os municípios, vêm as regiões, e o estado vai sendo despejado por baixo das suas competências.

Perante esta situação, que eu não digo que é o desastre do estado, é a transformação do estado, (não tenho nenhum sentido do estado sagrado, porque quando leio a Bíblia e vejo lá as obras em que Deus andou durante seis dias, fazendo coisas que eram boas, fez uma lista e não está lá o estado!... Ele não fez o estado, nós é que construímos o Estado...) na qualidade de observador reparo no seguinte - aquilo que me fica permanentemente é um Homem, isso é o que aparece e para esse valor é que o sistema educativo todo é chamado. Tudo volta a repousar no Homem e daí a responsabilidade de cada homem, como um valor, na minha percepção supremo, pela simples razão de que cada homem é um fenómeno que não se repete na história da Humanidade. (Nalguns casos é bom que assim seja!) Essa é efectivamente a situação e daí a grande responsabilidade do sistema do ensino neste plano.

Daqui a necessidade de entendermos que a preparação para a cidadania tem hoje exigências que não se verificaram no passado. Não se verificou no modelo da cidade grega, não se verificou no modelo do império romano, não se verificou no modelo do estado renascentista. Há exigências globais que dizem respeito à Humanidade como um todo. Esse valor faz parte do ensino para a cidadania do mundo. Há exigências que dizem respeito aos grandes espaços regionais em formação e que precisam de ser harmoniosamente articulados com as exigências da globalidade para estas se articularem com a tal regionalização. Há a comunidade a que nós pertencemos e há, sobretudo, essa definição essencial do que é ser um Homem no mundo de hoje, o que é ser um interventor responsável no mundo de hoje, o que é ser um centro de imputação de direitos e de obrigações, que eles em conjunto dão contudo a esse nosso conceito da eminente dignidade de cada homem.

De acordo com a pancadinha do Sr. Reitor, acabaram os dez minutos.

Fernando Medina

Muito boa-tarde.

Em primeiro lugar gostaria de partilhar o incómodo que senti quando a Sr.^a Presidente do CNE me convidou para estar presente neste painel. Incómodo sentido pela dificuldade de, na minha idade, conseguir traduzir aqui o que pudesse ser alguma reflexão própria sobre estas questões. Desta forma o meu contributo para a abordagem do tema “Cidadania e Construção Europeia” vai-se centrar mais sobre as questões da cidadania e participação, deixando um pouco de lado o segundo aspecto de que outros se encarregarão. No fundo só gostaria de deixar aqui algumas notas, não fazendo de forma alguma uma intervenção estruturada.

Não partilhando de uma visão muito pessimista, tem-me sido transmitida a percepção de uma forma muito marcante que o nível de participação social é muito baixo. Este facto tem diversas origens, a que de forma alguma é alheio o papel que o Estado desempenha ao longo da história numa dimensão assinalável da vida dos Portugueses. Esse papel, eventualmente essencial à consolidação e manutenção de Portugal enquanto Nação, e propiciador de epopeias como as Descobertas, tem fortíssimos reflexos nos dias de hoje ao nível das próprias estruturas e organizações, nomeadamente no sistema político.

De facto, as diversas instituições e organizações condicionam essa falta de participação e falta de hábito de participação, mas gostaria de realçar a sua vertente de reflexo das actuações dos indivíduos, devendo-se centrar neste aspecto o enfoque principal: o que está em causa é o indivíduo e o papel que este assume ou não ao longo dos tempos na construção e desenvolvimento das mesmas.

Nesta perspectiva permitam-me um breve parêntesis para vos dar conta da minha perplexidade quando acedi pela primeira vez à Internet e pensei no fosso que se estava a abrir para com o resto da sociedade (assumindo que ainda sou dos “poucos” privilegiados). De facto cada vez mais o avanço da ciência e da tecnologia, a disponibilidade de tecnologias de informação e ligação fortíssima entre estas e o desenvolvimento das sociedades têm tendência a alargar um fosso cada vez maior ao nível da própria coesão social entre os cidadãos, o que se repercute obviamente nos hábitos e na cultura de cidadania e de prática no social.

É óbvio e já vai sendo do senso comum destacar-se o papel da educação enquanto motor e forma de combate à exclusão, à não participação, o papel essencial da educação na construção da democracia. A educação não como um fim mas como um meio para a construção da democracia. Mas permitam-me aqui realçar o papel condicionador que a este nível as próprias instituições de ensino (nomeadamente as Universidades) exercem. Durante muitos anos, enquanto frequentei o pré-universitário, tive uma ideia da Universidade livresca, da discussão, da cultura, da participação, do incentivo, da inovação e, de facto,

quando lá cheguei não foi mais do que um choque “bom, parece que tenho aqui a minha escola secundária repetida, agora com umas matérias um pouco mais complicadas”.

É fácil, é muito fácil, todos o fazemos, eu provavelmente já o fiz algumas vezes, culpar a instituição servindo estas culpas todas para desanuviar um pouco as nossas más consciências em relação às coisas. Mas de facto a Universidade, enquanto estrutura e organização vivas tem estado muito aquém no papel de vanguarda e de incentivo do que é a participação social, do que é a participação na vida social. Ainda ontem numa conferência onde estavam presentes professores universitários e durante uma conversa final com um destes ele dizia: “Bom, eu já me chateio um pouco de vir a estas conferências porque eles eram todos muito inovadores e muito vanguardistas, mas agora acabam por estar todos dentro das suas instituições, todos muito abrangidos e fechados dentro de uma lógica. Eu tenho uma necessidade muito grande de estar com a gente jovem, de ouvir coisas novas, de ouvir ideias novas acerca do que se vai fazer”. Estávamos a falar da Universidade....

A Universidade parece que estagna, que as pessoas partir de certa altura e de certa idade, ou pela sua carreira académica ou por qualquer outro factor, tendem a fazer uma protecção em relação a tudo o que vem de novo e a tudo o que as gerações abaixo lhe trazem. Neste aspecto a Universidade, longe de ser a entidade reformista, que deveria apoiar e incentivar a que a participação dos jovens se fizesse e dinamizasse, é, pelo contrário uma instituição que não raras vezes desincentiva.

Grande exemplo ilustrativo disto, e não posso deixar de constatar com tristeza, a Universidade ao invés de ser aquele grande espaço de debate, onde as pessoas seriam incentivadas a demonstrarem-se e a participar foi precisamente o contrário, foi o exemplo da praxe académica, que mais não é, suponho eu, e simbolicamente que o inverso, ou seja, o exemplo da submissão a uma ordem, não interessa muito bem qual a lógica, mas a qual se pretende que marque o percurso do estudante durante a vida.

Mais perplexidade estas coisas me causam com o processo de construção europeia. Acho extremamente interessante o Prof. Adriano Moreira ter referido as três definições do papel de Portugal no mundo. Pela minha idade tenho uma angústia que é a de herdar um processo de construção europeia (e a expressão é mesmo esta: herdar), não havendo qualquer tipo de consciência social, pelo menos ao nível dos jovens, de qual o papel de Portugal no mundo, nem sequer qual o papel de Portugal no processo de construção europeia, muito menos quando se fala no papel de Portugal e África, no papel de Portugal e a América, no papel de Portugal em relação ao que quer que seja. O exemplo do soldado não saber em que fronteiras morre é paradigmático e pode ser perfeitamente transposto para os jovens de hoje. Nós hoje não sabemos exactamente o que é que Portugal está a fazer ou para onde é que Portugal se dirige.

Este facto pode ter variadíssimos tipos de explicações, mas acima de tudo, neste processo de construção europeia, há uma constatação a fazer, e que provavelmente é histórica. Acho que os políticos e as ditas elites, no fundo os dirigentes do país têm um terrível medo do bom senso dos portugueses. A definição de um rumo estratégico para um país tem de ser, acima de tudo, socialmente assumido e assumido pelos jovens que irão manter e sustentar essa linha. Actualmente isso não é feito e nem foi feito em relação aos passos decisivos da dita construção europeia.

Deixo uma interrogação: qual a identidade para um país como o nosso, num processo de construção e globalização em curso de forma cada vez mais acentuada, quando efectivamente grande parte da sociedade e grande parte dos jovens não têm noção nem consciência dele e não exerceram a sua cidadania a esse respeito ?

Tudo se resume pois às pessoas terem consciência e possibilidade de participar em algo que elas próprias desejam e não o inverso, que é algo aparecer como um acto consumado. Não há só culpa das pessoas, mas há muita culpa das pessoas. O povo português provavelmente não tem características culturais inatas e próprias nesse sentido, mas acho que se

trata acima de tudo de uma questão de cultura política e participação de que os próprios dirigentes ou os próprios responsáveis a qualquer nível se esquecem quando exercem esses lugares. Divulga-se e propaga-se a necessidade de participação, do dinamismo e da criação, mas a partir do momento que se atinge determinado tipo de posição individualmente pretendida, isso é muito pouco alvo de preocupação para transmissão às gerações abaixo.

E deixava-me ficar por aqui.

Prof. Doutor João Carlos Espada

Gostava de começar por agradecer à Prof. Teresa Ambrósio e ao Prof. Veiga Simão o convite que me dirigiram para participar neste painel, convite que muito me honra e que aceitei com muito prazer mas com algumas reticências pessoais, dado que não me senti com a melhor qualificação para o fazer.

O tema é bastante vasto. Li os documentos que me enviaram com muito interesse e preparei alguns breves apontamentos a respeito do tema do painel "Construção da cidadania e dimensão europeia da educação", que vou passar a enumerar rapidamente.

Nota menor, mas que me parece importante salientar, é de que, em geral, o texto "Ensinar e Aprender - Rumo à Sociedade Cognitiva, Livro Branco sobre a Educação e Formação" me parece um texto fundamental, interessante e louvável, embora tenha algumas discordâncias sobre alguns pontos, o mesmo se aplicando à organização do debate sobre ele.

O meu primeiro apontamento, talvez não central, mas que não gostaria de deixar de fazer, é que nele há uma referência insistente à crise de empregos na Europa e à importância da formação ao longo da vida para adaptar as pessoas à mutação que parece que temos de enfrentar e que é

produto, em grande parte, da globalização, como referiu o Prof. Adriano Moreira. Seguramente, estou inteiramente de acordo, é muito importante o problema da formação, mas também é importante dizer o que algumas vezes só muito de passagem é referido, que se há uma crise de empregos, também é preciso que haja incentivos para os criar. Pode haver um problema com a rigidez da legislação na Europa, que, ela própria, é parcialmente responsável pelas dificuldades de criação de novos empregos, como sabem. Comparando o ritmo de criação de novos empregos na Europa com o ritmo de criação de novos empregos nos EUA, a diferença é abissal! Embora, evidentemente, o texto não seja a esse respeito e tal não ocupe nele um lugar central, gostava de deixar esse alerta; valia a pena reflectir.

O segundo aspecto que gostava de comentar é o papel central dos sistemas educativos numa sociedade cognitiva, em que o texto insiste e com o que estou inteiramente de acordo. Parece-me uma questão crucial. Há, ao longo do texto, uma espécie de assunção de que o Estado é a fonte da resolução deste problema - para que o sistema educativo ocupe um papel central nas sociedades cognitivas, o que é necessário é que os estados nacionais e a União Europeia invistam mais na educação. É com certeza importante o maior investimento na educação. Contudo, se o sistema educativo tem de assumir um papel tão central neste grande desafio, que está tão bem retractado neste texto, parece que fazia sentido também perguntar se não deveremos tentar transformar o sector educativo num sector mais lucrativo, isto é, num sector mais apetecível para a iniciativa privada, de forma a que haja uma parceria entre o sector público e o sector privado, para fazer face a um desafio que é tão magno. Este aspecto está ausente do texto e parecia-me interessante que fosse pensado.

O terceiro apontamento respeita a uma discordância bastante séria com o que o texto expõe sobre o conceito de cidadania e de educação para a cidadania. Diz-se na pág.14, penúltimo parágrafo, que *"o futuro da cultura europeia depende da sua capacidade para fornecer aos jovens chaves que lhes permitam pôr tudo em causa de forma permanente, sem tocar nos valores da*

peessoa humana. Este é o fundamento essencial da cidadania numa sociedade europeia aberta, pluricultural e democrática.”

Ora, de facto tenho que manifestar o meu desacordo com este ponto de vista e dizer que não me parece que seja este o sentido da educação para a cidadania, simplesmente porque não se pode pôr tudo em causa permanentemente. Se tentássemos pôr tudo em causa permanentemente, não haveria ponto de vista nem ponto de apoio a partir do qual puséssemos em causa o que quer que fosse. Este é um ponto de vista irracionalista, embora apresentado numa linguagem aparentemente racionalista. É a linguagem do chamado racionalismo dogmático ou compreensivo; como se costuma dizer os extremos tocam-se, quer dizer, quando se puxa o racionalismo muito para um extremo, acaba por se dar uma posição irracionalista. A ilusão de que se pode pôr tudo em causa permanentemente e de que isso até seria desejável vai levar ao niilismo, ao relativismo e à ausência total de padrões.

Gostava de dar alguns exemplos, porque este ponto me parece crucial. Pôr tudo em causa significa que passaria a ser legítimo, até interessante e provavelmente desejável que as pessoas dissessem *eu não quero pagar impostos, simplesmente não quero*; ou *eu não quero respeitar os mais velhos, simplesmente não quero*; ou *eu não quero ajudar os que sofrem, simplesmente porque não quero*; ou *eu considero que todos os mandamentos morais não passam de pontos de vista*, ou *eu considero que a máxima socrática de que é preferível sofrer uma injustiça a praticá-la não passa de um absurdo*. Quer dizer, todo este género de enunciados seriam possíveis à luz da máxima de que o que é preciso é pôr tudo em causa de forma permanente.

Ora eu penso que a tradição cultural e intelectual europeia, ou euro-atlântica, não é a de pôr tudo em causa permanentemente. É uma outra tradição, de abertura intelectual mas referenciada a valores estáveis, que são abertos à crítica, que são susceptíveis de crítica. E a nossa própria tradição é produto de uma conflitualidade entre pontos de vista rivais e é essa conflitualidade baseada na argumentação, na discussão, na justificação de pontos de vista e no entrechoque entre eles, é esse

conflito que permite um aperfeiçoamento, mas isso é diferente da ideia de dizer que tudo deve ser permanentemente posto em causa.

Assim, gostaria de sublinhar que há um conjunto de referências da nossa tradição que são fundamentais para a educação para a cidadania e que não estão referidos no documento - a ideia do estado de direito ou do governo das leis, a ideia da democracia constitucional ou do governo da maioria limitado pela lei, a ideia de economia de mercado, a ideia dos direitos do homem, aqui sublinhada pelo Prof. Adriano Moreira. Sem esses valores não se pode compreender a tradição da cidadania europeia ou euro-atlântica.

Por outro lado, também é preciso dizer que estas referências têm origens, quer dizer, elas não resultaram todas de todo e qualquer ponto de vista, nem resultam do ponto de vista segundo o qual todos os pontos de vista são equivalentes. Estas referências resultam de uma longa evolução, um longo amadurecimento e tradições rivais, diferentes, que se completam e que têm a ver com a tradição do iluminismo ateniense, de que o Prof. Adriano Moreira falou aqui, que têm a ver com a tradição judaico-cristã, com a experiência do Renascimento, com a experiência do iluminismo. A cidadania europeia passa por fazer referência a essas tradições e não é possível, penso eu, educar para a cidadania sem discutir e compreender essa tradição.

Finalmente, uma questão final. A ideia de uma educação para a cidadania é a ideia da educação para a excelência, educação para melhorar. Um dos segredos da civilização ocidental, parece-me, é que não é possível melhorar sem conflito, sem entrechoque entre posições rivais. Mas a ideia do conflito e da crítica mútua é a ideia da argumentação com vista à melhoria e não a ideia da simples auto-expressão de pontos de vista, sensações ou paixões, inclinações ou o que quer que se chame. Há uma diferença, não muito clara neste texto. Hoje é particularmente importante sublinhar essa ideia, que eu não gostaria, pois, de deixar de repetir - a educação para a cidadania é a educação para a busca da excelência em liberdade, não pode haver busca da excelência sem liberdade e essa parece-me ser a ideia da cidadania.

Prof. Doutor Renato Araújo

À senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação os meus agradecimentos e uma queixa por me haver integrado num painel de tão importantes individualidades onde a minha intervenção não trará nada de substancial para a reflexão sobre o Livro “Ensinar e Aprender – Rumo à Sociedade Cognitiva”.

Vou desarticular o que havia escrito para fazer uma ligação ao que o Prof. Adriano Moreira nos deixou, clamando eu pelo papel da Escola. O Prof. Adriano Moreira falou no conceito globalizante de democracia a caminho da cidadania; atrevo-me a dizer que esta globalização falha quando a escola não é tomada como ponto geometricamente central das sociedades. Na cultura ocidental, a democracia evoluiu por haver escola sendo hoje identificada, passe os sobressaltos, como marco de uma cultura política mais humanizada. O desenvolvimento de um conceito tão estruturante deve muito a protagonismos seja de ideias ou de pessoas... O professor é naturalmente um protagonista. Na sala procurará ser isento mas não é neutro e há muitos trabalhos investigativos que o demonstram. Mesmo em disciplinas como a matemática, o professor transmite e transforma conceitos, selecciona exemplos, dá conta de observações, enquadra realidades, estimula a análise e a comparação... e suavemente deixa aflorar o seu conceito de cidadania e democracia.

Ao não considerar relevante para o desenvolvimento do conceito de democracia haurido na cidadania a acção do indivíduo, do homem e o seu protagonismo é defeito que me atrevo imputar ao texto.

A escola hoje continua a ser fundamental para o desenvolvimento qualitativo da democracia ao nível da aquisição de conhecimentos, da compreensão, da vivência colectiva, mas está armadilhada de um conjunto de alçapões centrados no formalismo e hierarquia. Enquadramento redutor opondo-se ao ambiente que deve dominar a escola assente no binómio motivação/acção. O actual sistema não permite esta

“interiorização” pelo que o ir construindo a sociedade na base da democracia, envolvendo a cidadania, não será caminho fácil.

A cidadania é herança, ambiente e formação individual; não é entendível desligada de uma herança cultural, dum ambiente hodierno que é antes e será o depois, de que o indivíduo é o interprete.

O livro carrega um conceito restritivo de formação na medida em que é entendida como ao serviço de um objectivo que é tão só o de aumentar a produtividade.

A formação construída pelo indivíduo é sempre secundarizada em todos os documentos produzidos pela U.E.. Permitam-me ilustrar de uma maneira simples como se pode ganhar dimensões de cidadania e europeia. No meu tempo de estudantes de Coimbra era com muita dificuldade que se arranjava passaporte; a mobilidade, trave fundamental no alargamento de espaços para a juventude estava limitada... a maioria era pró-europeia.

A par destas constrições no domínio da formação individual o texto “Ensinar e Aprender - Rumo á Sociedade Cognitiva” vem impregnado de uma lógica negativa quanto ao papel do cidadão. Produto das instâncias da U.E. reflecte uma aglutinação tipo “lego” condicionada pela lógica do mercado.

A nossa sociedade ergueu o trabalho quase ao nível da crença e a educação como suporte. A identificação entre trabalho e libertação está vertida em muitos aforismos seja ao nível do corpo seja ao nível do espirito.

A escola e o sistema educativo valorizam o Homem no sentido de agente produtivo e ainda hoje todo o este sistema está desenhado à imagem da produção em linha, do taylorismo. O nosso sistema não está centrado, ao contrário das nossas aspirações, no homem, está antes desenhado para ter um produto final.

Estes conceitos restritos enfermam todo o livro e são obstáculos á sociedade cognitiva.

Os industriais estão já muito mais avançados do que nós, educadores, pois mesmo ao nível da produção em linha criaram condições para a intervenção individual. Há alargamento do que se entende por aprender que passa pela partilha e pela contribuição inovativa no movimento que é a aprendizagem. Decorre das mesas redondas realizadas pelos industriais europeus em 14/11/94 que uma educação de base firme apoiada no estímulo á participação conjugada com uma aprendizagem da cidadania e uma dimensão europeia são os elementos suportes de uma melhoria e revelam uma atitude virada ao futuro.

Os empresários, numa adaptação livre do texto de Philip Condy (1991), pedem à escola que crie ambientes para:

- ensinarem os estudantes a ser bons vizinhos;
- envolver os estudantes na produção de informação;
- transformar os estudantes em homens qualificados.

Isto porque os empresários sabem que só conseguem grandes *performances* pelo uso flexível de tecnologia por operadores autónomos que beneficiam de uma informação partilhada, que assumam padrões e objectivos da empresa e que, como se vê, se opõem totalmente ao actual sistema de ensino fortemente hierarquizado, que vai da hierarquia do estado à hierarquia da escola.

A Universidade começou nos anos 70 a questionar o modelo de Humbolt que tinha já um século. Há ao momento uma centragem na aprendizagem como uma constante ao longo da vida e no desenvolvimento do potencial de cada cidadão. Há novidade nestes focos... não a haverá se lermos os mestres portugueses de início do século em que a par da simbiose educação e cidadania, aparece o cidadão como centro de toda a acção educativa e a aprendizagem como um exercício diário de formação; não será de pedir ao Dr. Oliveira Martins; que levasse a escolas a criar “tempo e espaço” para através da análise de textos de autores portugueses, a formação e educação sejam integrados por cada um!

Seria interessante ver ruir as grades da hierarquização do sistema que hoje subsiste por lógicas dos aparelhos de estado e ir de encontro ao que os empresários sabem; informação partilhada torna fácil assumir objectivos e padrões; nenhum ambiente de trabalho pode ser gerado por organizações hierárquicas autoritárias.

Será o estado capaz de acompanhar este sentido?

O problema de não termos avançado no aprofundamento da democracia que agora começa a dar sinais, tem manifestações muito curiosas, como seja uma desvalorização do trabalho, a estratificação baseada no rendimento, a estética a invadir o campo da ética, etc. Alternativa de valores, consequência do sistema educativo não ter sabido corresponder, elevar, centrar ou enquadrar a formação dentro da educação. Porque como vêem, o Livro mantém a formação ao lado, com objectivos muito claros e independentes, da educação. Parece que são convergentes, mas não o são; se atentarmos nos conceitos, o Livro não contém ideias que concorram para o desejável a formação integrada na educação.

DEBATE

Prof. Doutor Ilídio do Amaral

Muito obrigado a todos.

Tomaria a liberdade de dizer que aqui iria naturalmente começar outro colóquio. Já se disse o mesmo esta manhã a propósito doutros painéis, mas sinto que com este painel se levantaram questões de fundo.

Uma importante questão, que vi declaradamente levantada pelo Sr. Prof. Doutor Rui Canário, foi o valor do documento. O documento tem uma filosofia, ou uma perspectiva, demasiado mecanicista, demasiado “mercantilista”, e isso foi aqui novamente confirmado. Também tenho essa impressão, e o primeiro ponto do novo colóquio seria discutir o valor do documento. Com a liberdade que é peculiar neste Conselho, que o ex-Presidente e a actual Presidente dão aos Conselheiros de manifestarem em liberdade, democraticamente, as suas opiniões sobre os documentos que lhes são apresentados, venham eles donde vierem, queria dizer que no primeiro ponto todos estiveram de acordo, que é no desacordo relativamente ao texto do Livro Branco. Mas enfim, isso é a liberdade que nos é dada.

Outros problemas que aqui se levantaram de grande importância, a partir do Prof. Adriano Moreira, foi uma visão do que deve constituir o fundamento da definição da cidadania e a sua evolução histórica e que esta definição pode variar, havendo contudo limites e parâmetros continuamente observáveis, variando os tempos históricos.

Quando o Fernando Medina, que continuo a ouvir com muito gosto e com admiração pela sua juventude, diz timidamente que “ainda não tem idade para”, a sua cara espelha exactamente a perplexidade em que estamos perante a relação estado/sociedade civil. Afinal, é este o grande drama - na sua juventude, na minha juventude, na juventude do Sr. Prof. Renato de Araújo e dos outros, em Portugal nunca se acertou a relação entre estado e sociedade civil. Qual é exactamente o peso do estado, qual é o peso da sociedade civil? O estado é muitas vezes demasiado pesado, mas nunca a sociedade civil teve a aproximação do peso

do estado. Isso é dramático, sobretudo numa altura em que julgamos que estamos em plena democracia e a plena democracia não se constrói enquanto isto não se vir resolvido. E toda a perplexidade do Fernando Medina relativamente à universidade; o que é que a universidade forma? A sua quase desilusão ao entrar para um sistema que não satisfaz, justamente porque tem uma reflexão sobre a matéria.

O Sr. Prof. João Carlos Espada pôs novamente o problema da onnipresença do estado, o "irracionalismo de definições", enfim, de um certo exagero. Também eu tinha anotado a referida pág. 14, que contém a pretensão de definir o que é a construção da cidadania europeia e que, à luz da nossa civilização ocidental, e digo nossa porque desconhecemos o que seja a civilização oriental, desconhecemos e muitas vezes pretendemos ignorar a existência do conceito, ou o direito da existência do conceito de cidadania, noutras civilizações.

A intervenção do Prof. Carlos Espada traz à imagem e à colação toda a origem fortemente belicista desta documentação, no sentido em que nos põe sempre de premissa a fortaleza Europa, que tem que vencer os prováveis ataques da fortaleza EUA e da fortaleza Japão. Agora, como o mundo do séc. XXI vai ser exactamente o século dos blocos, agora a fortaleza Europa tem que se armar fortemente para vencer a fortaleza NAFTA, a fortaleza ASEAN. Quando se constrói ou se pretende construir reformas fundamentais, como as da educação e da cultura, com base em princípios belicistas, efectivamente os inimigos são sempre inimigos, numa perspectiva belicista, mesmo quando se assinam acordos de paz, mesmo com a Sociedade das Nações, mesmo com a ONU.

O Prof. Renato Araújo insistiu sobretudo naquilo que em todas as épocas se tem experimentado e não se tem conseguido - que o fim último é o triunfo do indivíduo. É pena que neste documento o indivíduo continue a não existir, é a colectividade, é a massa, é o anonimato. Ele citou a título de exemplo o papel do professor na escola, exactamente a formação individual, e recordou o facto excepcional de, ao mesmo tempo que se desenvolvia o Livro Branco, se lançavam as conclusões das reuniões dos industriais europeus, (todos nós conhecemos o docu-

mento lançado no outro dia na versão portuguesa), que eu diria que, em relação ao Livro Branco, são muito mais avançadas do que as deste último. Esta manhã alguém lembrava que as conclusões das reuniões dos Conselhos de Ministros da Educação dos países da União Europeia até muitas vezes entram em confronto com o Livro Branco...

Confesso que quando leio esta documentação... Ainda ontem à noite, meditando com a minha mulher (que alguém tem que me ouvir as mágoas; já que não me ouvem muitas vezes nos cenáculos, lá em casa exerce o poder de marido e ela tem que ouvir-me!...), dizia que, já que me jubilaram da Universidade, me vou auto-jubilar destas lutas. Já não me interessa, porque não me compreendem, eu não os compreendo, estamos a falar em linguagem absolutamente incompreensível!

Ponto final, apenas para agradecer os brilhantes contributos, e permitam-me que os considere assim, aqui trazidos. Ainda temos alguns minutos, está aberto o debate.

Prof^ª. Doutora Maria Teresa Ambrósio

Não posso deixar de perguntar como é que vamos ultrapassar ou como é que vamos reorientar os sistemas e as políticas educativas de cada Estado que vai pertencer a essa Comunidade Europeia, de forma a que aquilo que é realmente o sentimento de pertença desse Estado consiga simultaneamente ultrapassar as fronteiras e ter a dimensão europeia. Ou seja, como é que se passa da cidadania do Estado a que cada um pertence sem perder aquilo que é a característica cultural e a característica de pertença desse Estado, para adquirir a dimensão europeia e para que com isso possamos contribuir objectiva e efectivamente para a construção do modelo democrático da união política europeia.

Ora bem, isto levar-me-ia a dizer que parece que tudo nos conduziria a criar uma convergência de políticas educativas, coisa que, neste mo-

mento, no artigo 126 do Tratado de Maastricht, é de certa maneira recusado. No artigo 127 diz-se que por causa do emprego, da construção do mercado de emprego europeu, há uma convergência, quase que uma uniformização das políticas de formação, mas que compete a cada país definir a sua política de educação. Isto era numa época em que predominava essencialmente o modelo da construção económica europeia, mas quando predomina ou se pretende que predomine o modelo político da Europa, então o que é que acontece às políticas educativas? Poderão elas continuar a ser tão independentes, orientando-se por projectos culturais, históricos, que são independentes, ou terá que haver qualquer convergência? Onde é que está a dimensão europeia de cidadania que cada sistema educativo constrói?

Por outro lado, a formação é algo de muito extenso, como já aqui foi dito, ela não se reduz à formação profissional e passa a ter uma noção de construção da pessoa ao longo da vida. No fundo, o conceito de formação começa a abranger cada vez mais o conceito de educação e por essa via - conceito de formação que abrange cada vez mais o conceito de educação, a ponto de muitas pessoas dizerem que formação é mais extensa que educação - qualquer dia temos o artigo 127 a abranger o artigo 126. Até na lógica hoje dita aqui pela Prof^a. Margarida Marques, se no Tratado de Maastricht tentarmos ligar educação/formação/emprego, acabam por desaparecer os artigos 126 e 127.

Por outro lado, e ao mesmo tempo, o Livro Branco tem fundamentalmente uma lógica de mercado, economicista, e menos uma lógica da cidadania. No entanto ele apela fundamentalmente para a pessoa se situar como cidadão, como responsável pela construção histórica da sociedade.

E são todos estes paradoxos, que não são meras contradições de discursos, não são talvez até expressões muito conscientes de interesses, que me parece constitui hoje um cerne polémico muito grande, em que nenhum de nós como país pode deixar de estar presente. Parece ser fundamental para a salvaguarda da cultura e do pensamento europeu e de tudo quanto daí resulta na nossa concepção democrática, donde sinto

que este é um problema central de política educativa e de construção europeia.

Prof. Doutor Orlando Lourenço

Professor de Psicologia da Universidade Clássica de Lisboa

Desconheço o conteúdo desse documento, documento que, quanto me apercebi, foi ponto de referência para todas as intervenções que foram feitas até agora. Mas reajo ao seu título – “Rumo à Sociedade Cognitiva” – que me deixou perplexo e estupefacto. Sobretudo quando se dá a entender que a “Educação para a Cidadania”, tema em discussão neste ciclo de debates, quase ficaria assegurada se rumássemos para uma Sociedade Cognitiva. Aqui, como sempre, a fraseologia pode trair a ideologia. Isto é, os termos e conceitos utilizados são, em geral, significativos quanto aos objectivos e mensagens que queremos transmitir.

Como a psicologia cognitiva está hoje muito em moda, bem pode acontecer que o título “Rumo à Sociedade Cognitiva” seja tributário dessa moda. Só que modas altamente discutíveis e educação para a cidadania podem não ser bons aliados. Daí a minha perplexidade.

Penso que as pessoas que leram esse documento, pomposamente intitulado “Rumo à Sociedade Cognitiva”, desconhecem porventura que a Psicologia Cognitiva actual é criticada, mesmo no âmbito da Psicologia, por ser terrivelmente mecanicista, sufocantemente não desenvolvimentista, e marcadamente associacionista. Diz-se, com muita razão, que a psicologia cognitiva tende a reduzir o ser humano a um mero processador ou computador de estímulos (i.e., mecanicismo), e que estuda a cognição sem atender à história genética do sujeito (i.e., não desenvolvimentista), e sem a inserir nos contextos de vida que lhe dariam significado (i.e., associacionista). Não é por acaso que o influente psicólogo Bruner, no seu livro “Acts of Meaning” (1990), acusa a psicologia cog-

nitiva de ter perdido de vista o significado e o sentido no estudo da conduta humana.

Deste ponto de vista, o Rumo à Sociedade Cognitiva pode estar nos antípodas de uma educação para a cidadania. Se falassem em rumo a uma Sociedade Sócio-Moral, Sócio-Cognitiva, ou Sócio-Afectiva, ainda seria aceitável! Mas identificar educação para a cidadania e rumo a uma sociedade cognitiva só pode revelar de modismos e de algum desconhecimento comprometedor. Repito que esta minha reacção se relaciona com o título do documento, não com o seu conteúdo, que desconheço, embora pense que tal título já é por si bastante revelador.

A minha ideia é que uma sociedade cognitiva não está em condições de educar para a cidadania. Já que o Prof. Adriano Moreira citou os clássicos, cito Sócrates, que lembrava sabiamente que o fim da educação é tornar as pessoas inteligentes – que não quer dizer espertas – e boas – que não quer dizer moralistas. E podia citar alguns autores modernos, como os psicólogos do desenvolvimento Jean Piaget e Lawrence Kohlberg, que sempre defenderam uma educação sócio-moral, nunca apenas cognitiva. Enquanto psicólogo, fico satisfeito pelo facto das pessoas ligadas às Ciências da Educação estarem ao par das modas em Psicologia. Mas não é necessário tanto! Quer dizer, transpor mecanicamente para as Ciências da Educação conceitos psicológicos que são já mesmo polémicos no seio da própria Psicologia.

Dr.^a Margarida Marques

Gostava de reagir a algumas questões levantadas a propósito do Livro Branco. Embora pense que o título do painel é bastante mais alargado, "A construção da cidadania e a dimensão europeia da educação", na maior parte dos casos as intervenções foram centradas no Livro Branco e eu penso que é preciso clarificarmos algumas questões.

Primeira observação, o título, a questão da sociedade cognitiva. Eu não sei se foram os psicólogos ou os cientistas da educação que lhe atribuíram o nome de sociedade cognitiva; A expressão *learning society*, na versão inglesa representa, do meu ponto de vista, um conceito muito mais alargado do que “sociedade cognitiva”, A expressão inglesa é mais abrangente e muito mais potenciadora do domínio deste Livro Branco.

A segunda observação é que se trata de um Livro Branco e não de um Livro Verde, tendo portanto características diferentes. O Livro Branco é fundamentalmente um documento de natureza orientadora, um Livro Verde é um documento de reflexão e de debate. Ai estou completamente de acordo com a observação feita durante a manhã de hoje, no sentido de referir que a primeira parte é bastante mais criativa e bastante mais aberta e a segunda parte é bastante mais limitativa do ponto de vista das propostas que aí são feitas.

Por outro lado, e é um outro pressuposto para entender este Livro Branco, é preciso ter em conta efectivamente o contexto em que este livro é produzido, na medida em que as competências comunitárias em matéria de educação são significativamente diferentes das competências comunitárias em matéria de formação: No que se refere à educação diz-se que “A comunidade contribuirá para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, **incentivando a cooperação entre Estados-membros** e, se necessário, apoiando e completando a sua acção, ...” (artº 126) enquanto, quando se trata da formação se diz que “A comunidade **desenvolve uma política de formação profissional** que apoie e complete as acções dos Estados-membros...” (artº 127).

Portanto, penso que é neste contexto que este documento deve ser entendido. Isto não significa que não existam ao nível das estruturas da União, designadamente da Comissão, preocupações ao nível da educação para a cidadania e ao nível da construção da dimensão europeia na educação, etc. Existe todo um conjunto de programas e de documentos que se referem a esta matéria.

Gostaria, no entanto e no que refere ao conteúdo específico do Livro Branco, de reagir à intervenção do Prof. João Carlos Espada no que diz

respeito à valorização dos sistemas, valorizar o público, desvalorizar o privado. Uma crítica feita ao Livro Branco, é que assenta numa visão excessivamente liberal no sentido de responsabilizar o individuo pela sua formação, tendendo a desresponsabilizar os sistemas. É uma crítica forte e foi feita por alguns governos na reunião do Conselho de Ministros da Educação.

No que se refere à educação diz-se que "A Comunidade contribuirá para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, **incentivando a cooperação entre Estados-membros** e, se necessário, apoiando e completando a sua acção, ..." (artº. 126) enquanto, quando se trata da formação se diz que "A Comunidade **desenvolve uma política de formação profissional** que apoie e complete as acções dos Estados-membros..."(artº. 127)

Penso que, apesar de tudo e embora eu possa de certa forma entender que esta crítica seja feita, há aqui uma procura de equilíbrio entre a responsabilidade do indivíduo e a responsabilidade dos sistemas ou, diria, a não desresponsabilização dos sistemas. Penso é que há muitas vezes um conceito errado de sistemas de educação e formação, porque a primeira reacção, quando se fala neles, é equipara-los a "público", ou seja, "a sistemas públicos". Efectivamente, essa questão tem a ver com o papel do "público" e do "privado", em cada um dos sistemas se quiser reagir nesta dicotomia que não me parece a mais correcta e esclarecedora, com a organização dos sistemas em cada um dos Estados-membros.

Estou de acordo com a observação e proposta feitas no sentido de que haja uma parceria, um partenariado, uma co-responsabilização entre o público, o privado e formas mistas de organização do sistema. Penso é que as pessoas têm por vezes a imagem de conotação excessiva, excessivamente arreigada, de que o que é sistema é público e deve continuar completar sê-los. Mas também penso que esta abordagem não pode significar desresponsabilização por parte do Estado e das administrações.

Prof. Doutor José Veiga Simão

A minha intervenção é um bocadinho provocatória para a Mesa mas, antes disso, parece que todos estamos de acordo que este Livro Branco é o terceiro capítulo do Livro Azul que há-de ser escrito por vários autores, e estamos aqui apenas a tratar do terceiro capítulo.

Um possível primeiro capítulo seria o da educação para a cidadania e aqui é que está a minha provocação, julgo que não sabemos definir cidadania, julgo também que não sabemos, e muito menos, definir o que é o cidadão europeu e parece que estamos à beira de deixar de saber o que é o cidadão português. Então, vamos educar para aquilo que não sabemos, ou seja, vamos educar para a incerteza.

Isto começa agora a apelar à minha formação física e a colocar-me no plano quântico, ou seja, na visão quântica da política e, ainda por cima, num quadro relativista, também com o espaço a integrar o tempo. Por outras palavras, queremos nós educar em tempo útil para a incerteza intemporal? Deixo isto à Mesa.

Prof. Doutor Adriano Moreira

A minha incerteza não pode ser maior. A primeira coisa que eu gostava de sublinhar é que estamos a tratar da educação para a cidadania. Mesmo não sabendo o que é, é isso que estamos a tratar neste momento. Algumas observações muito argutas da Prof. Teresa Ambrósio valem uma meditação, porque dizem respeito à busca da coerência das disposições do Tratado e dos objectivos. Ocorre-me que há algum problema com o Tratado, que de resto há com todos os tratados e com todas as leis. A Natureza não sabe dos tratados, as estruturas políticas alteram-se em tempo acelerado, os tratados vivem em tempo demorado. O Trata-

do de Maastricht não tem nenhuma coerência lógica, nem como Acto Único nem como Tratado das Comunidades e porquê? Porque a estrutura da Comunidade Internacional mudou radicalmente em 1989. O desafio feito à Europa em 1989 diz respeito a um conceito estratégico, e nisso temos a questão da fortaleza europeia, a autonomia estratégica europeia, o complexo militar e industrial, coisas ausentes durante a vigência do Tratado das Comunidades e até durante o Acto Único, porque há um problema novo, e portanto é muito difícil encontrar desenvolvimentos lógicos entre o que está no Tratado das Comunidades e o que está no Tratado de Maastricht porque a diferença das competências é total.

Recordo-me do Péricles. Ele estava à beira da sepultura de um soldado, e portanto evocou muitos valores, muita democracia, muita cidadania, mas fortaleza. E isto diz respeito a dois legados ocidentais que escapam a qualquer lógica. Nós vivemos no Ocidente entre dois legados que procuramos fazer coexistir - é o legado maquiavélico, segundo o qual quem tem força joga, e o soldado de Péricles aí está e o princípio humanístico, que é o de modificar as coisas pelo consentimento. E nisto andamos fazendo muros. Fazemos muros e encontramos a tal dificuldade que muito bem sublinhou, eu acho que foi das observações importantes que foram feitas, a de que o conceito esbarra contra o muro. Julgo que foi Torga que disse isto uma vez, que para cada lado que avançava ia de encontro ao muro. Nós também temos esse muro que temos de enfrentar, e encontrar uma possibilidade de definição que vá contendo o legado maquiavélico pelo legado humanista e daí uma das grandes perplexidades que tem que ver com a provocação de Veiga Simão, da perplexidade em que nós estamos e que ele traduz dessa maneira - que é difícil saber o que é a cidadania europeia, o que é a cidadania portuguesa, o que é ser cidadão do mundo.

Provavelmente não é o conceito de cidadania que está em crise, são os termos de referência que mudaram. Quando me pedem que na cidadania inclua dois deveres, que pague imposto e cumpra o serviço de defesa - têm que me dizer para que estado é que eu pago imposto, para que fronteira é que contribuo com a defesa. Isto é que mudou radicalmente.

Qualquer cidadão português hoje provavelmente pode saber qual é a sua definição de cidadania, mas não sabe qual é a sua fronteira. Foi a observação que tentei fazer de que em Portugal hoje as fronteiras são múltiplas, a fronteira geográfica não coincide com a económica, a económica não coincide com a de segurança, a de segurança não coincide com a cultural.

O conceito de cidadania é hoje uma síntese difícil de fazer, sobretudo em relação aos objectivos, e daí naturalmente o tal regresso. Aqui o Doutor Espada fez uma observação importante: onde é que está o ponto fixo? Eu não tenho dúvidas sobre isso; como disse Morgan, os valores são o eixo da roda: a roda aí, atravessa as paisagens todas, e o eixo acompanha a roda mas não anda. Esses valores é que constituem a referência essencial.

Por último, na minha qualidade de ancião, queria animar aqui um pouco o pessimismo do Dr. Fernando Medina a respeito da rigidez das estruturas e das pessoas que, quando são promovidas, depois já não atendem às aspirações dos jovens. Queria lembra-te uma coisa. Na tropa, onde existe esse problema, há um conceito que pretende responder à questão dos coronéis que são jovens para a promoção, e que os generais péssimos não deixam subir. Sabe qual é o conceito de avaliação. Os generais são péssimos porque são escolhidos entre os coronéis. Não seja tão pessimista! Vai ver que um dia os coronéis palavrão de ir.

Prof. Doutor João Carlos Espada

Queria só dizer duas coisas muito breves em relação à questão levantada pela Dr.^a Margarida Marques. Estou inteiramente de acordo com aquilo que disse no seguinte sentido - não achei que houvesse esse acentuar tão grande do indivíduo por oposição ao sistema, confesso, mas também não estou neste momento suficientemente recordado do texto

todo para poder dizer a minha opinião sobre isso. Na altura quando o li, com alguma atenção, não senti isso, mas é possível.

Agora, quando eu referi a importância do sector privado, não foi no sentido de desresponsabilizar o sector público, ou, digamos, a sociedade em geral, pela importância de garantir ou de promover a educação. Acho é que uma responsabilidade pública não significa necessariamente um fornecimento público de um serviço. Pode-se encontrar, precisamente, uma parceria entre o sector público e o sector privado. Pessoalmente penso que é desejável tentar promover essa parceria, mas não interpreto isso de forma alguma como desresponsabilizando a entidade pública, portanto até vai bastante no sentido daquilo que disse.

Agora, as questões que foram aqui levantadas sobre a cidadania europeia, nomeadamente pela Prof^a. Teresa Ambrósio e pelo Prof. Veiga Simão, são absolutamente esmagadoras e, para dizer a verdade, eu nem quis sequer aflorar esse tema, porque por um lado parece-me que é realmente extremamente complicado e não me sinto qualificado para o abordar e, por outro lado, porque tenho uma opinião provavelmente mais céptica do que a maioria dos presentes acerca da ideia de cidadania europeia. Não quis trazer para aqui esse debate e achei que me devia integrar dentro do tema que me foi dado, mas, já que falaram nisso... Realmente sou céptico - exactamente no sentido céptico - em relação à ideia de uma cidadania supranacional; quer dizer, não tenho também uma certeza contrária, sou céptico. Recordo-me sempre duma frase de Raymond Aron que dizia que os judeus da sua geração verificaram de uma forma muito cruel a fragilidade dos direitos do Homem, quando eles não estão associados aos direitos de cidadania de um estado-nação. Esta é mais ou menos a frase, cito de cor, naturalmente. E Raymond Aron era um homem de uma tradição liberal, internacionalista, mas achava que o estado-nação estava lá, já lá estava há muito tempo. Seguramente não está na Bíblia, por isso não é sagrado... Quer dizer, antes de abrir mão de qualquer coisa que tem que funcionar, deve-se pensar "*if it isn't broken, don't fix it*", se não está estragado não vamos mexer muito, podemos mexer gradualmente mas abrir mão sem

sabermos exactamente o que é que nos dão em troca... sou um bocadinho céptico em relação a isso. Mas não quero aqui introduzir discórdias.

Já agora, permitam-me dizer o seguinte: estou inteiramente de acordo com o que disse o Prof. Adriano Moreira, há esta deslocação da referência, mas há qualquer coisa crucial, que é a questão dos valores. No fundo, era também um pouco isso que eu estava a querer dizer, e só tomei consciência que era isso que eu queria dizer quando o Prof. o disse. Permitam-me só acrescentar mais uma nota breve: na verdade, como já disse, se a questão fundamental são os valores, francamente penso que mais do que valores europeus, existem valores euro-americanos, ou euro-atlânticos ou ocidentais. Embora compreenda que existe naturalmente uma identidade europeia, não vejo com grande entusiasmo a ideia de começar a separar excessivamente os dois lados do Atlântico. Acho que eles funcionaram bem e equilibrados quando estiveram mais ou menos ligados, naturalmente também há conflito entre eles, mas a ideia de começar a criar duas identidades totalmente diferentes e tendencialmente conflituais não é uma coisa que me deixe absolutamente entusiasmado, para dizer a verdade.

Mas não quero trazer aqui mais pontos de discórdia.

Prof. Doutor Renato Araújo

Pelos meus 16/17 anos quando andava a ler livros à volta da existência, caiu-me nas mãos um livro policial que dizia assim “fulano é um idealista pragmático”. Como entendem demorei um certo tempo a interiorizar o que seria um idealista pragmático, tão opostos são os conceitos. Hoje sou capaz de identificar Jacques Delors como um idealista pragmático. A Dr.^a Margarida Marques chamava a atenção para o facto de não se poder avançar se nos agarrarmos a este tecido de leis; nesta textura não

haverá campo para uma dimensão europeia de educação. Lembro que o melhor e mais entusiasmante programa da comunidade se chamava ERASMUS; foi criado fora de qualquer norma, não tinha cobertura formal mas por detrás havia alguém que era um idealista pragmático.

Na intervenção da Prof. Doutora Teresa Ambrósio foi chamada a atenção para o grau de contradição do sistema educativo, mas temos de ultrapassar os formalismos dos diplomas, reconhecimento de diplomas, diplomas para o trabalho e admitir que os novos sistemas educativos tem já hoje muito em comum. Importa que o sistema português contenha os valores nobres da nossa identidade mas e termos de admitir que seja aberto isto é permita que a convergência que terá de haver a nível europeu, seja admitida. Não tenhamos as dúvidas que a convergência vai acontecer... cumpre-nos encontrar melhores soluções.

Prof. Veiga Simão, o problema é o mesmo; ao contrário do que nós estávamos a discutir, o problema é de espaço, mas andamos preocupados com o tempo.